

f) DA	
Marcos Vinicius Correa de Souza	29.337.207-X
Alice de Paula Oliveira	10.105.376-X
Mercedes Mascagni Gatti	2.772.505
g) DO	
Orlando Arantes	9.036.131
Enzo D'ippolito	7.901.803-8
Vania Torquato Sobrado	6.827.370
II – DIVISÕES REGIONAIS	
NOME	R.G.
a) DR.01	
Cleiton Luiz de Souza	7.598.775-2
Alfredo Ulson de Souza	6.552.296
Antonio Jorge Abrahão	5.529.108-9
Denise Lorette Ebert	9.427.239-6
Edeli Rosa Peres	11.865.527-9
Emílio Carlos Corder	5.454.147
Flávio José Giannoni	2.972.801
José Fernandes de Andrade	38.958.407-1
Lúcia Aparecida Santos do Carmo	9.724.272
Marcos Antonio Marsariolli	15.127.404-6
Norma Sueli Silva Guimarães Santos	14.466.217-6
Ronaldo Mercadante	6.456.572
Ruy Tércio de Sordi	4.689.494-9
b) DR.02	
Alfredo Moreira de Souza Neto	5.771.588
Adauto Gato	10.461.350
Antonio Luiz Teixeira de Arruda	8.484.003
César Sancinetti Neto	12.171.021
Edson Gonçalves Lara	5.420.029
Eliana Tambelli Pereira	18.670.554
Elias Garcia Cleto	6.617.199
Sérgio Antonio Izzo	6.129.957
José Célio de Medeiros	4.133.754
José Lauro Nalesso	3.739.677
Paulo Donizeti Macedo	12.108.295
Pedro Alberto Rodrigues Soares	5.428.770
Wilson Roberto Arantes	8.095.045
c) DR.03	
Aldevar Carlos Andrioli	12.103.867
Sonia Mariza Pereira	5.442.888-9
d) DR.04	
Marcos Antonio Mantoanelli	8.285.609
Fabiana Cristina Furlan	18.143.995-5
Izabel Christina Oliveira Santos	9.525.961
Luiz Leonel dos Santos	5.562.921
José João Jordão	6.795.792
Marcelo Moraes Campos	15.323.994
Paulo Sérgio Zaia	11.650.913
Ricardo Tadeu Negrini Lollato	6.053.106
Valéria Maria Sestini	11.620.602
Walter Barreto Levy	7.164.340
e) DR.05	
Orlando Arantes	9.036.131
Dimer Fattori Neto	9.149.722
Fernando Rodrigues Meletti	11.846.471-1
João Carlos Rosim Sabino	7.800.482-2
Maria Inês Tuckmantel Moreira	9.825.766-3
Nilson Prado	6.547.806
Orlando Morgado Junior	7.589.371
Paulo Sergio Mantoanelli	8.913.619-6
f) DR.06	
Antonio Moreira Júnior	16.583.206
Flavio Carneiro Cesare	17.530.420-8
Irineu Laurentino	2.990.257
Marcelo Teixeira Lima	4.648.705
Maria Alice de Moraes Xavier	12.228.228
Roque Amoroso Júnior	3.630.550
Silas de Oliveira	8.203.376
g) DR.07	
Jorge Masataka Mori	3.712.155-8
Antonio Carlos Coelho	4.427.971
Cássio Alfredo Souto Vasconcelos	10.125.854-9
José Vigilato Ruiz Chelles	5.906.678
Maria Lúcia Politi Merlin	5.862.011
Mário Carlos Cardoso	3.449.207-0
Pedro Carlos Maximiano	4.826.088
Rafael Belluzzo Brando	6.891.280
h) DR.08	
Domingos Lascala	3.827.429
Alberto Massato Nakage	3.808.504
Alfredo Lázaro Neto	8.760.348
Denise Maria Camargo Machado Castello Branco	11.226.001-9
Eliana Aparecida Perez Egydio dos Santos	5.797.212
Fátima Aparecida Garcia	9.526.373
Gerson Romão Correa	13.726.126
Heloisa Helena de Mello Gomes	8.755.893
Joel Soares Barboza	7.913.828-7
Lúcia Helena Ramos Piana	11.864.471
Luimar Heck Paes Leme	8.527.208
Maurício Lellis Franco	8.447.948
Nelson José Vicentini	15.282.301
Silvano da Veiga Neto	15.644.940-7
i) DR.09	
Everson Guilherme Grigoletto	10.942.719
José Carlos Saffi	3.990.340
José Eduardo Alves	4.291.493
Julia Aparecida Colombo	8.051.979
Márcio Dias Facury	10.213.694
Olavo Andrade Junqueira	5.066.095
Sinezio Aparecido Curti	13.416.475
Zanoni Batista de Azevedo	6.106.089
j) DR.10	
Mauro Flávio Cardoso	8.773.983-5
Deni Lorette Filho	10.226.281-0
Douglas Carlos Biondo Bastos	7.629.296
Elaine Cristina Bertolotti Souza	17.365.671-7
Fernando Satto Nunes de Moraes	14.398.255
Gerson Sancinetti de Oliveira	9.564.913
Sérgio Paulo Tagliari	12.840.425
José Roberto Moreira	5.360.349-7
Marlene dos Reis Araujo	6.313.385-4
Vivaldo Camargo Basilio	16.911.288
l) DR.11	
Carlos Eduardo Sartori Valdiviezo	8.425.789-1
Ademilson de Matos	5.427.406-0
Aparecido Barbosa	9.231.095
Carmen Lúcia Bim Mariano	8.980.203-2
João Padovese Neto	7.829.577
José Roberto dos Reis	8.913.200-8
Mário Fiorotto Júnior	2.826.688
Rafael Franco da Silveira Júnior	3.875.121
Romão Arruda Borrego	4.119.147-X
Rosemary Aparecida Alves Bueno	13.661.544-2
m) DR.12	
João Augusto Ribeiro	3.822.135-4
Alvaro Antonio Ferro	5.989.415-5
Clóvis Ribeiro de Castro	7.532.867-7
Eliane da Fonseca	7.626.138-4
Francisco Antonio Trevisan Duran	4.849.526-8
Helena de Souza Aguiar	19.219.372-7
Paulo Marcos Pereira Ferro	5.989.482
Silas Helder Antunes Lourenço	10.288.543
Silvio Raimundo da Silva	15.554.458-5
n) DR.13	
Danilo Luiz Dezan	17.371.105
Ademir Demarchi Costa	5.307.009
Carlos Roberto Corrêa	9.698.227
Eduardo Coelho Ribeiro Rocha	2.829.917

Artigo 2º - As propostas de possíveis ou necessárias atualizações/alterações serão de responsabilidade das respectivas Diretorias de Departamento e/ou das Divisões Regionais e deverão ser direcionadas ao SLA – Serviço de Atividades Gerais – responsável pela manutenção do SRP, conforme disposto nos artigos 4º e 6º da DTM-SUP/DER-003-17/08/2017.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor nesta data ficando revogada a Portaria SUP/DER-069-21/08/2017. (referente ao Autos 238.126/01/DER/2004 – 4º Volume)

Despachos do Superintendente, de 20-12-2017

Diante dos elementos de instrução constantes dos autos, notadamente a manifestação do Gestor do Patrimônio Mobiliário/Frota, constante de fls. 09 e, considerando que após a avaliação do binômio oportunidade/conveniência sócio econômica, a presente medida pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, de acordo com o disposto no inciso II, letra “a” do artigo 17, da Lei 8666, de 21-06-1993, autorizo o Departamento de Estradas de Rodagem a alienar, por meio de doação, ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, os Bens Permanentes relacionados as fls.03, devidamente identificados, e a respectiva baixa do patrimônio desta Autarquia, por inserviência. (Protocolo 055821/07/DER/2017)

Diante dos elementos de instrução constantes dos autos, notadamente a manifestação do Gestor do Patrimônio Mobiliário/Frota, constante de fls. 66 e, considerando que após a avaliação do binômio oportunidade/conveniência sócio econômica, a presente medida pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, de acordo com o disposto no inciso II, letra “a” do artigo 17, da Lei 8666, de 21-06-1993, autorizo o Departamento de Estradas de Rodagem a alienar, por meio de doação, ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, os Bens Permanentes relacionados as fls.29/31, devidamente identificados, e a respectiva baixa do patrimônio desta Autarquia, por obsolescência. (Protocolo 021781/07/DER/2017)

O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, órgão integrante do Sistema Nacional de Trânsito, tendo em vista a informação prestada pela Coordenadoria de Operação e Segurança Rodoviária, da Diretoria de Operações, em conformidade com o que estabelece a Resolução 396, de 13-12-2011, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e Portaria SUP/DER-039 de 18/06/03, resolve homologar os instrumentos Eletrônicos Medidores de Velocidade, para veículos automotivos, abaixo discriminados, devidamente aprovados e registrados no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro.

Localização	Marca	Modelo	nº Série	nº DER	Tipo
SP300 km 340+400m Oeste	Splice	SPL-R4R	3319	16808	Fixo
SP300 km 341+600m Oeste	Splice	SPL-R4R	3320	16809	Fixo
SP300 km 342+650m Oeste	Splice	SPL-R4R	3321	16810	Fixo

(Protocolo 063616/07/DER/2017)

O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, órgão integrante do Sistema Nacional de Trânsito, tendo em vista a informação prestada pela Coordenadoria de Operação e Segurança Rodoviária, da Diretoria de Operações, em conformidade com o que estabelece a Resolução 396, de 13-12-2011, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e Portaria SUP/DER-039 de 18/06/03, resolve homologar os instrumentos Eletrônicos Medidores de Velocidade, para veículos automotivos, abaixo discriminados, devidamente aprovados e registrados no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro.

Localização	Marca	Modelo	nº Série	nº DER	Tipo
SP300 km 530+100m Leste	Splice	SPL-R4R	3323	16812	Fixo
SP300 km 535+700m Oeste	Splice	SPL-R4R	3324	16813	Fixo

(Protocolo 064348/07/DER/2017)

O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, órgão integrante do Sistema Nacional de Trânsito, tendo em vista a informação prestada pela Coordenadoria de Operação e Segurança Rodoviária, da Diretoria de Operações, em conformidade com o que estabelece a Resolução 396, de 13-12-2011, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e Portaria SUP/DER-039 de 18/06/03, resolve homologar os instrumentos Eletrônicos Medidores de Velocidade, para veículos automotivos, abaixo discriminados, devidamente aprovados e registrados no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro.

nº DER	nº Série	Marca	Modelo
16815	LE0221	Kustom Signals	Lasercam4
16816	LE0211	Kustom Signals	Lasercam4
16817	LE0183	Kustom Signals	Lasercam4
16818	LE0214	Kustom Signals	Lasercam4

(Protocolo 063248/07/DER/2017)

Diante dos elementos de instrução constantes dos autos, notadamente a declaração favorável da DR.12, fls.28/30, bem como o parecer referencial da Consultoria Jurídica PGE/DER-2/2017, atuado as fls.32/37, manifestação do setor de Gestão do Patrimônio Mobiliário/Frota, fls.38/40, e de acordo com o disposto no artigo 17 e 23, “a” da Lei Federal 8666, de 21/06/93, c.c. o disposto no artigo 20, inciso II, alínea “a” da Lei Estadual 6544, de 22/11/89 e ainda a DTM/SUP/DER-007-11/09/2013, autorizo o Departamento de Estradas de Rodagem, a alienar, mediante doação, a Prefeitura Municipal de Juquituba os bens a seguir relacionados:

01 Motoniveladora, Marca Cartepillar, Modelo 12-E, Inventário 3605C;

01 Trator de pneus Escavo carregador, Marca Michigan, Modelo 75-III, inventário 3707-C;

01 Rolo Compactador, Marca Dynapac, Modelo CG.11, inventário 4610-C;

01 Pá carregadeira de Pneus, Marca Case, Modelo W20B, inventário 5404-C;

01 Automóvel, Marca GM, Modelo Corsa GL 1.6, Placas DER-03/70, inventário 5407-A.

(Protocolo 061517/07/DER/2017)

Despacho do Superintendente, de 14-12-2017

Autos 267.790/01/DER/2014, fica declarado Encerrado o convênio 5.686/2014 com a Prefeitura Municipal de Suzano.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Retificação do D.O. de 2-12-2017

Na apostila do art.133, ref.a Norma Suely Silva Guimarães dos Santos, RG-14.466.217-6, leia-se:..faz jus a incorporação de 10 dias de Regre Técnico L. e não como constou.

## DIRETORIA DE OPERAÇÕES

**Extrato de Termo de Autorização e Compromisso**  
TAC 0752/2017 - Protocolo. 046209-07/DER/2017 - Assinatura: 11-12-2017 - Valor: R\$.00,00 - Partes: DER e a Prefeitura Municipal de Estrela D'Oeste - Objeto: O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER autoriza e o interessado, se compromete a executar as obras e serviços com implantação de 06 (seis) postes aço galvanizado, sendo 3 (tres) do lado esquerdo e 3(tres) do lado direito nas rotatórias da SPD-569/320, altura do km 568+700m. Na travessia em Obra de Arte Especial (OAE) serão implantadas luminárias de LED para iluminação pública, conforme projeto aceito pela Divisão Regional e sua concordância contida no Protocolo acima citado, bem como, a manifestação favorável da Assessoria - Gestão da Faixa de Domínio (DO/AE-FD).

**Extratos de Termos de Autorização de Uso**  
Termo nº 102/2017 - Exp. 005203-17/DR.05/2015 - Assinatura: 11-12-2017 - Valor: R\$.16.953,46 - Partes: DER e CIA de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP - Objeto: Autorização em caráter excepcional para implantação de emissário subterrâneo de esgoto, na faixa de domínio na SP-061, km 004+600m ao km 007+040m (LD) e km 007+520m (travessia), com extensão total de 2,470 metros.

Termo nº 152/2017 - Protocolo: 045732-07/DER/2017 - Assinatura: 11-12-2017 - Valor: R\$.814,52 - Partes: DER e Gas Natural São Paulo Sul S/A - Objeto: Autorização para implantação de gasoduto subterrâneo para distribuição de gás natural, na faixa de domínio na SPA-254/300, km 002+000m (1 SPD-251/300 - travessia), com extensão total de 133,50 metros.

## DIVISÃO REGIONAL DE TAUBATÉ

**Despacho do Diretor Administrativo, de 21-8-2017**

Em face do que dispõe o caput do Artigo 49 da Lei Federal 8.666/93 – atualizada pelas Leis 8.883/94; 9.032/95; 9.648/98 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, decide revogar a presente inexigível por conveniência e oportunidade da Administração.

## Cultura

## GABINETE DO SECRETÁRIO

**Resolução SC-59, de 19-12-2017**

*Dispõe sobre o tombamento do Casarão de José  
Ignácio, no município de Jarinu*

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15-08-1969, e dos artigos 134 a 149 do Decreto 13.426, de 16-03-1979, que permanecem em vigor por força do artigo 158 do Decreto 50.941, de 5 de julho de 2006, e com redação alterada pelo Decreto 48.137, de 7 de outubro de 2003, Considerando:

As manifestações constantes do Processo CONDEPHAAT 77396/2016, o qual foi apreciado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT – em Sessão Ordinária de 09-10-2017, Ata 1895, cuja deliberação foi favorável ao tombamento do Casarão de José Ignácio, no município de Jarinu, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, na mesma Sessão;

Que o Casarão de José Ignácio – assim denominado por ter posteriormente pertencido a importante político local homônimo, o qual contribuiu para a emancipação da localidade como município paulista no início do século XX – é um registro material da ocupação de um setor do território paulista que por séculos permaneceu rural e de passagem de tropas, cujos vértices eram os importante núcleos de Campinas, Jundiá, Atibaia e Bragança;

Que Jarinu, antigo distrito Campo Largo de Atibaia, formou-se como núcleo urbano periférico dessa cidade a partir da doação de terras por Lourenço Franco da Rocha, político de influência eminentemente regional que ali mandou erguer, no início do século XIX, uma residência defronte à capela fundadora;

Que o Casarão de José Ignácio tornou-se importante referência cultural para a comunidade local, suporte material para a constituição da memória coletiva;

Que o imóvel apresenta linguagem típica de moradas residenciais paulistas no interior durante a Colônia e transição para o Império, mas cada vez mais raramente encontradas, por seu partido comparativamente modesto às grandes residências urbanas e rurais;

Que o Casarão é também documento edificado com relevante potencial instrutivo, pois reúne, sob um mesmo arcabouço, as principais técnicas construtivas típicas da arquitetura caipira

Anexo I - Mapa do Perímetro de Tombamento e Áreas Envoltoárias sobre foto aérea





Anexo II - Mapa do Perímetro de Tombamento e Áreas Envolvórias



Resolução SC-60, de 19-12-2017

Dispõe sobre o tombamento do Conjunto da Estação Ferroviária de Pindamonhangaba, no Município de Pindamonhangaba

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15-08-1969, e do Decreto Estadual 13.426, de 16-03-1979, cujos artigos 134 e 149 permanecem em vigor por força do artigo 158 do Decreto 50.941 de 5 de julho de 2006, com nova redação dada ao artigo 137, que foi alterada pelo decreto 48.137, de 7 de outubro de 2003, e

Considerando:

As manifestações constantes do Processo CONDEPHAAT 61983/2010 o qual foi apreciado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT - em Sessão Ordinária de 20-08-2012, Ata 1678, cuja deliberação foi favorável ao tombamento da Estação Ferroviária de Pindamonhangaba, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, na referida sessão;

Que o conjunto da Estação de Pindamonhangaba permanece com suas principais estruturas preservadas;

Que se trata de antiga estação terminal da Estrada de Ferro Campos do Jordão, ativa até a construção de novo edifício para tal finalidade;

Que é parte do importante trecho que conecta o Estado de São Paulo com o Rio de Janeiro;

Que representa o avanço da ocupação do Vale do Paraíba;

Que registra importante papel na economia cafeeira;

Que características arquitetônicas peculiares pontuam a construção;

Que o conjunto possui bom estado de conservação;

Que a estação possui qualificada apropriação social da estação, funcionando atualmente como sede de ONG e equipamento cultural, Resolve:

Artigo 1º. Fica tombada como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico, artístico, turístico e ambiental o conjunto da Estação Ferroviária de Pindamonhangaba, formada por edificações e remanescentes da Estrada de Ferro Central do Brasil – Ramal de São Paulo, localizadas ao longo da Rua Barão Homem de Mello, entre a Avenida Dr. Jorge Tibiriçá e Rua Dr. Gregório Costa, município de Pindamonhangaba;

Artigo 2º. O presente tombamento aplica-se aos seguintes edifícios:

I. Prédio da Estação Ferroviária de Pindamonhangaba, da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil – Ramal de São Paulo, situada à Rua Barão Homem de Mello, s/nº (ver mapa – elemento 01);

II. Plataformas (ver mapa – elemento 02);

III. Caixas d'água (ver mapa – elemento 03);

IV. Armazém (ver mapa – elemento 04);

V. Residência de Funcionários (ver mapa – elemento 05).

Artigo 3º. Fica estabelecido o seguinte grau de proteção aos bens tombados:

I. Para os edifícios descritos nos incisos I e V do Artigo 1º, devem ser preservadas as fachadas e a volumetria dos mesmos;

II. Para o edifício descrito nos incisos IV do Artigo 1º, deve ser preservada a volumetria do mesmo;

III. Para os elementos descritos nos incisos II e III do Artigo 1º, devem ser integralmente preservadas as suas características.

Artigo 4º. Com vistas a assegurar a preservação dos elementos tombados e reconhecendo a variedade e o dinamismo das funções que estes edifícios abrigam, estabelecem-se as seguintes diretrizes:

I. Devem ser respeitadas em suas feições originais, quando ainda estiverem preservadas, as características externas e volumétricas dos prédios, elementos de composição de fachadas e materiais de vedação, os vãos e envasaduras, acabamento e ornamentação;

II. Serão aceitáveis alterações, desde que justificadas por uma melhor adequação e atualização do espaço ou de materiais, de forma a assegurar as funções a que se destinam;

III. Fica contemplada a possibilidade de demolições ou construções de novos edifícios dentro do perímetro tombado, desde que as relações entre as novas construções e as destacadas neste tombamento sejam expressas com clareza;

IV. Serão permitidas e até recomendáveis demolições de anexos e ampliações que tenham desfigurado os partidos arquitetônicos originais sem contribuir para a melhor adequação do espaço;

V. De modo a melhor conciliar o novo e o existente será recomendável, em casos de intervenções, avaliar a possibilidade de restauração de elementos e/ou volumes originais já descaracterizados;

VI. Não será permitida a colocação de antenas de telecomunicações e painéis luminosos no interior do perímetro de tombamento, tampouco em seus limites;

VII. Fica sujeita à aprovação do Conselho a instalação de bancas comerciais, pontos de parada de transporte coletivo, abrigos para táxi e quaisquer outros elementos de mobiliário urbano no interior do perímetro de tombamento, bem como em seus limites.

Artigo 5º. Para efeito deste tombamento, estabelece-se como área envoltória, a que se refere o artigo 137 do Decreto 13.426, de 16-03-1979, com nova redação estabelecida pelo Decreto 48.137, de 07-10-2003, os seguintes perímetros:

I. Projeção da Avenida Dr. Jorge Tibiriçá, Rua Dr. Rubião Júnior, Rua Dr. Gregório Costa, limites do leito ferroviário. (ver mapa);

II. Projeção da Avenida Dr. Jorge Tibiriçá, Rua Sete de Setembro, Rua Dr. Frederico Machado, limites do leito ferroviário. (ver mapa).

§ 1º. Ficam determinados os seguintes parâmetros para as áreas envoltórias supra:

1. Para a área envoltória delimitada no inciso I do Art. 5º, fica determinada área non aedificandis para os espaços hoje não edificados e para espaços remanescentes de eventuais demolições de edificações inscritas no perímetro;

2. Para a área envoltória delimitada nos incisos II do Art. 5º, fica determinado gabarito máximo de 6 (seis) metros, abrindo-se a possibilidade de análise de projetos que o ultrapassem, a partir de critérios demonstrativos de valorização do bem tombado em seus méritos.

§ 2º. Os bens não abrangidos pela área envoltória regulamentada ficam isentos da mesma, conforme faculta o Decreto 48.137 de 7 de outubro de 2003.

Artigo 6º. Visando preservar e valorizar a Estação Ferroviária de Pindamonhangaba como patrimônio cultural do Estado, bem como sua percepção e valorização da paisagem, de modo a combater a degradação ambiental, os elementos de identificação visual a serem instalados no perímetro tombado, nos bens tombados, no perímetro de área envoltória e nas edificações que possuam faces voltadas para tais perímetros deverão ser aprovados pelo CONDEPHAAT, ficando vedada a instalação de anúncios publicitários.

Artigo 7º. Quaisquer intervenções nos edifícios tombados e no perímetro de área envoltória deverão ser previamente aprovadas pelo CONDEPHAAT, exceto para o caso de obras, no perímetro de área envoltória, de simples conservação de edificações, que ficam isentas de análise e da aprovação prévia daquele Conselho.

Artigo 8º. Fica o conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo autorizado a inscrever o bem em referência no Livro de Tombo Pertinente, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 9º. Constituem partes integrantes desta Resolução os seguintes mapas:

I: Perímetro de Tombamento e Área Envoltória (Anexo I);

II: Perímetro de Tombamento e Área Envoltória Sobre Foto Aérea (Anexo II);

Artigo 10. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Anexo I – Mapa do Perímetro de Tombamento e Área Envoltória



Anexo II - Perímetro de Tombamento e Área Envoltória Sobre Foto Aérea



Resolução SC-61, de 19-12-2017

Dispõe sobre o tombamento da Praça da Sé e Catedral Metropolitana de São Paulo

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15-08-1969, e dos artigos 134 a 149 do Decreto 13.426, de 16-03-1979, que permanecem em vigor por força do artigo 158 do Decreto 50.941, de 5 de julho de 2006, e com redação alterada pelo Decreto 48.137, de 7 de outubro de 2003, Considerando que:

As manifestações constantes do Processo CONDEPHAAT 64203/2011, o qual foi apreciado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT - em Sessão de 20-06-2016, Ata 1840, cuja deliberação foi favorável ao tombamento da Praça da Sé e Catedral Metropolitana de São Paulo, sendo a minuta de resolução de tombamento também aprovada por aquele Conselho na mesma Sessão;

A Catedral Metropolitana da Sé abriga ritos e manifestações religiosas e é uma referência simbólica da Capital paulista, independentemente da função religiosa que desempenha;

A representatividade cultural da Catedral decorre fundamentalmente da relação que estabelece com o espaço no qual foi construída, a Praça da Sé;

A Praça da Sé contempla em sua configuração urbana atual o sítio colonial que a originou (Largo da Sé), o traçado dos antigos arruamentos do local e os adros das sucessivas igrejas que sediou. A conformação histórica do espaço resistiu às transformações por quais São Paulo passou ao longo de séculos, inclusive, após a construção da Estação Sé do Metrô e a consequente fusão visual com a Praça Clóvis Beviláqua;

A Praça da Sé permanece como o Marco Zero do território paulista e espaço público de apropriação cívica, religiosa

e cultural, sendo palco de manifestações políticas, sociais e populares diversas;

A Praça da Sé e a Catedral Metropolitana constituem testemunhos materiais da transformação da vila colonial em metrópole, do Império em República, dos bondes em metrô e das diversas formas de sociabilidade e cultura ao longo de seus quase 500 anos de existência, Resolve:

Artigo 1º. Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico, artístico, turístico, paisagístico e ambiental a Praça da Sé e Catedral Metropolitana de São Paulo, situada à Praça da Sé, s/nº, no bairro da Sé, São Paulo.

Artigo 2º. O presente tombamento é delimitado pelo perímetro de proteção, onde estão incluídos os elementos a seguir listados e identificados nos mapas anexos a esta Resolução:

I - Perímetro: Polígono com início na confluência da Rua Floriano Peixoto, Largo do Pátio do Colégio e Largo da Sé, segue pelo Largo da Sé em linha reta até atingir a Praça Dr. João Mendes, deflete à direita até o logradouro Praça da Sé (noroeste da Catedral) e segue por esta até o ponto inicial;

II - Catedral Metropolitana da Sé (elemento “1” indicado no mapa anexo), com destaque para fachadas, volumetria e espacialidade interna;

III - Monumento Marco Zero (elemento “2” indicado no mapa anexo);

IV - Aléia de palmeiras (elemento “3” indicado no mapa anexo);

V - Monumento ao Padre José de Anchieta (elemento “4” indicado no mapa anexo).

Artigo 3º. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes, de modo a assegurar a preservação dos elementos listados no Artigo 2º

# VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- [livraria.imprensaoficial.com.br](http://livraria.imprensaoficial.com.br) – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO